



Ao

**Exm.º Sr. Gerson Almeida de Jesus**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Itaberaba

## INDICAÇÃO

A Vereadora que o presente subscreve, requer de Vossa Excelência, após dar conhecimento ao plenário, que encaminhe ao Chefe do Executivo Municipal a seguinte Indicação:

**Encaminhamento de Projeto de Lei que altera o art. 138 da Lei Municipal nº 799/1994, que institui o Estatuto dos Servidores Municipais de Itaberaba, a fim de possibilitar a cessão de servidores estáveis para outros entes e entidades, inclusive com ônus para o órgão de origem, em hipóteses de interesse público devidamente justificado, em conformidade com a minuta anexa.**

## JUSTIFICATIVA

Atualmente, a redação do art. 138 da Lei Municipal nº 799/1994 estabelece uma vedação absoluta à cessão de servidores públicos municipais, excetuando apenas os casos de exercício de cargos comissionados e funções de confiança. Essa limitação, contudo, compromete a cooperação interinstitucional e impede a atuação conjunta entre entes federados e entidades do terceiro setor, mesmo em situações que envolvem relevante interesse público.

Dentre os impactos negativos dessa restrição, destaca-se a impossibilidade de colaboração técnica e administrativa em convênios, contratos de gestão, termos de parceria ou de cooperação, o que vai de encontro às diretrizes de modernização da administração pública e à atuação integrada dos entes federativos.

A proposta de alteração apresentada pelo Executivo Municipal visa corrigir essa distorção, alinhando a legislação local à realidade administrativa atual e às previsões normativas da Lei Federal nº 9.637/1998, que trata das organizações sociais e prevê expressamente a possibilidade de cessão com ônus para a origem.

Além disso, a nova redação contempla mecanismos de controle e transparência, exigindo instrumento formal de cessão, definição de responsabilidades e preservação dos direitos funcionais do servidor cedido.

Trata-se, portanto, de uma medida que equilibra o interesse público com a legalidade, a razoabilidade e a eficiência da gestão pública, promovendo o aprimoramento das relações institucionais e o fortalecimento da atuação do Município em políticas públicas compartilhadas.

**Sala das Sessões, 29 de abril de 2025.**

  
**Vereadora DAISE SANTOS OLIVEIRA GOMES**  
"Daise Oliveira"



## MINUTA

### **ANTEPROJETO DE LEI Nº \_\_, DE 29 DE ABRIL DE 2025**

*(De autoria do Poder Executivo Municipal, por indicação da Vereadora Daise Santos Oliveira  
Gomes - "Daise Oliveira")*

**Altera dispositivo da Lei Municipal nº 799/1994  
(Estatuto dos Servidores Municipais) e dá outras  
providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABERABA, Estado da Bahia**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O art. 138 da Lei Municipal nº 799, de 28 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 138.** A cessão é o ato autorizativo de afastamento do agente público efetivo estável integrante da Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Itaberaba para, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com a municipalidade, exercer as suas atividades funcionais ou cargos em comissão e funções de confiança junto a outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios.

**§ 1º.** A cessão ocorrerá mediante instrumento específico do qual deverá constar o ônus pela remuneração do servidor cedido, a responsabilidade pelo controle de jornada de trabalho e pelas contribuições previdenciárias.

**§ 2º.** Não havendo prazo estipulado no instrumento de cessão, presume-se por prazo indeterminado.

**§ 3º.** A cessão poderá ser encerrada, a qualquer tempo, por ato unilateral do cedente, do cessionário ou do agente público cedido.

**§ 4º.** O período de afastamento correspondente à cessão de que trata este artigo será considerado para todos os efeitos legais, especialmente para fins de promoção, progressão funcional e para aquisição de adicionais por tempo de serviço.

**§ 5º.** A cessão poderá, ainda, ocorrer para a execução de objeto de convênio, termo de cooperação, termo de colaboração, acordo de cooperação ou contrato de gestão, nos termos dos respectivos instrumentos.

**§ 6º.** Na hipótese de cessão para órgão ou entidade do próprio Município, o servidor público, quando nomeado para exercer cargo em comissão, fará jus:  
I - ao pagamento da remuneração do seu cargo efetivo pelo órgão ou entidade cedente e da gratificação pelo exercício do cargo em comissão pelo cessionário; ou  
II - ao vencimento do cargo em comissão, ou valor correspondente, pelo órgão ou entidade cessionário, sendo excluído da folha de pagamento do órgão ou entidade cedente.

*Assinatura*



# Câmara Municipal de Itaberaba

ESTADO DA BAHIA  
CNPJ 13.267.315/0001-41

**§ 7.º** Na cessão para órgão ou entidade do próprio Município, o servidor público, quando designado para exercer função de confiança, fará jus ao pagamento da remuneração do seu cargo efetivo pelo órgão ou entidade cedente e da gratificação pelo exercício de função de confiança pelo cessionário.

**§ 8.º** Encerrada a cessão do servidor, este terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para retorno ao cargo originário, se estiver em exercício em outra municipalidade, e 02 (dois) dias úteis, se estiver em exercício dentro da circunscrição do próprio Município de Itaberaba.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Itaberaba**, 29 de abril de 2025.

**João Almeida Mascarenhas Filho**

Prefeito Municipal

## JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa adequar a legislação municipal às necessidades contemporâneas da gestão pública, permitindo a cessão de servidores efetivos estáveis para atuação em outros entes federativos ou entidades do terceiro setor, sempre que houver interesse público devidamente justificado.

A vedação absoluta atualmente imposta pelo art. 138 da Lei nº 799/1994 tem gerado entraves à cooperação interinstitucional, especialmente em ações conjuntas voltadas à execução de convênios, parcerias e termos de cooperação técnica, inclusive nos casos de atuação conjunta com organizações da sociedade civil.

A proposta encontra respaldo em normativas federais, como a Lei nº 9.637/1998, que prevê expressamente a possibilidade de cessão com ônus para a origem. A nova redação assegura critérios de controle, legalidade e proteção dos direitos funcionais do servidor cedido.

Trata-se, portanto, de uma medida que aprimora os instrumentos de gestão, favorece a atuação colaborativa entre esferas administrativas e amplia a capacidade de atendimento das políticas públicas em benefício da coletividade.

**Sala das Sessões, 29 de abril de 2025.**

  
**Vereadora DAISE SANTOS OLIVEIRA GOMES**  
"Daise Oliveira"